



“QUEBRAR A UNIDADE POVO-MFA”

Comunicado do COPCON acusa o MRPP

Através da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, o COPCON tornou público o seguinte comunicado:

1. O MRPP, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, fundou-se em Setembro de 1970 a partir de uma organização estudantil. Até ao 25 de Abril, desenvolveu a sua actividade quase exclusivamente a nível clandestino junto dos meios estudantis citadinos. Destinadas à luta contra a guerra colonial, mantinha diversas organizações, suas subsidiárias, a saber: RPAC (Resistência Popular Anti-Colonial); MPAC (Movimento Popular Anti-Colonial) e CLAC (Comités de Luta Anti-Colonial). Além destas, podem referir-se os Círculos de Democracia Popular, os Comités 8 de Março e a FEML (Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas).
2. Esta diversidade de siglas pretendia dar a imagem pública de um movimento numericamente importante e com uma estrutura organizativa forte e diversificada. Na verdade, procura-se assim esconder a real fraqueza e a fraca implantação do Movimento a nível das massas trabalhadoras. De facto, este não reunia mais do que alguns estudantes originários de classes sociais privilegiadas. Tudo isto se pode constatar nas suas manifestações e comícios onde são atraídos elementos jovens, confundidos por uma ideologia pseudomaoísta.
3. Ainda a 25 de Abril de 1974, o MRPP manifestou-se abertamente contra a Revolução então iniciada, posição esta que não mais abandonou, antes intensificou os seus ataques contra o MFA e o processo revolucionário que se desenvolve em Portugal. A sua actuação tem-se caracterizado pela tentativa sistemática de criar situações de confronto entre as Forças Armadas e a população, aproveitando todas as oportunidades para lançar a confusão numa atitude que, na prática, se traduz em posições contra-revolucionárias que visam, em última análise, quebrar a aliança entre o Povo e o MFA. Este objectivo malogrou-se devido à justeza das posições assumidas pelo MFA e ao isolamento que o Povo Português, em particular as classes trabalhadoras, votaram o MRPP.
4. Na tentativa de iludir as massas populares, o movimento diversifica as suas organizações e cria a FREP (Federação Revolucionária dos Estudantes Portugueses), os Comités Ribeiro Santos, a Associação de Amizade Portugal-China, a Associação das Famílias dos Antifascistas Presos e a Editora Vento do Leste, que servem de capa às suas actividades partidárias, ao mesmo tempo desenvolve um intenso trabalho de propaganda e edita as seguintes publicações: “Luta Popular”, “Bandeira Vermelha”, “12 de Outubro”, “Resistência”, “Yenan”, “Guarda Vermelho”, “O Tempo e o Modo”, “O Anti-Imperialista” e “Amizade Portugal-China”. Estas actividades pressupõem uma elevada disponibilidade financeira que não corresponde às reais dimensões do Movimento.



5. Com o avanço do processo revolucionário, a actividade do MRPP toma formas que concretamente entravam esse mesmo processo. A esta escalada provocatória não é estranha a primeira conferência nacional do RPAC, realizada a 10 e 11 de Maio deste ano, na sede central do MRPP, na Avenida Pedro Álvares Cabral. Significativo é o facto de o RPAC se manter, mesmo depois de terminada a guerra colonial, transformando-se numa organização cujos objectivos são a subversão nas unidades militares e a tentativa de divisão das Forças Armadas. Estes objectivos foram focados na referida conferência, onde se conclui ser necessário para a organização o desvio de armas, munições e explosivos, documentos e mapas militares, bem como o estudo dos esquemas defensivos das unidades (armas, sentinelas, etc.). Como tarefas imediatas decidiu-se o desvio de armas e munições e a penetração em unidades militares, especialmente nas operacionais. Decidiu-se, igualmente, a montagem de um esquema operacional para actuar (ao primeiro sinal). A actuação englobava a eliminação física de oficiais afectos ao MFA.
6. Logo a seguir a esta conferência sucederam-se factos que demonstram o cumprimento das suas directivas: têm lugar os acontecimentos de 15 e 18 de Maio, em torno da detenção do ex-fuzileiro Coelho da Silva e os restantes factos relatados no comunicado do COPCON de 29 de Maio. Paralelamente, há notícias de tentativas de desvio de armas, documentos e outro material militar, posteriormente encontrado na sede central do MRPP.
7. As provocações e intimidações a militares sucedem-se: 21 de Maio — Tentativa de entrada de três elementos, um dos quais armado de metralhadora, em casa de um oficial; 29 de Maio — Tentativa de sequestro, espancamento de um soldado em Santarém. O referido militar só foi liberto pela intervenção de uma ronda da PM que deteve três dos agressores; espancamento da filha de um oficial do Exército; intimidações e provocações a vários militares, bem como danos em viaturas militares e civis, pertencentes a militares; obstrução sistemática às missões militares.
8. A estas acções, que devem ser consideradas como crimes de delito comum, outras igualmente reveladoras de actos com carácter delinquente se juntam. Citam-se interrogatórios com espancamento e outras formas de coacção física e psicológica de que foram alvo vários militantes e simpatizantes, suspeitos de terem cometido desvios em relação às directivas do grupo. Salienta-se a preocupação demonstrada durante os interrogatórios em provar a identificação dos interrogados com o MFA, que o Movimento definiu como o seu principal inimigo.
9. As acções levadas a cabo pelo COPCON visam a detenção, para apuramento de responsabilidades, dos presumíveis culpados pelos factos acima referidos. Deste modo, tal como se tem verificado em anteriores detenções de suspeitos de atentarem contra o processo revolucionário, serão libertados todos os que nada tiveram a ver com os actos contra-revolucionários praticados. Aliás, as libertações não se têm verificado com a brevidade que seria de desejar em virtude das dificuldades que os detidos têm posto na sua identificação.
10. Reafirma-se, uma vez mais, a firme disposição do MFA de não permitir que a liberdade conquistada seja utilizada quer por delinquentes, quer por reaccionários, ainda que acobertados sob a capa de revolucionários, para impedir o avanço do processo iniciado em 25 de Abril.
11. Serão divulgados oportunamente os resultados das investigações em curso.

5 DE JUNHO DE 1975

COMBATE ATURADO AOS DIVISIONISTAS E PROVOCADORES